



Estudos de Psicologia

ISSN: 0103-166X

estudosdepsicologia@puc-
campinas.edu.br

Pontifícia Universidade Católica de
Campinas
Brasil

Cunha Gomide, Paula Inez

A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos

Estudos de Psicologia, vol. 26, núm. 1, enero-marzo, 2009, pp. 25-34

Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=395335850003>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A influência da profissão no estilo parental materno percebido pelos filhos

The influence of profession on maternal parenting styles according to children's perception

Paula Inez Cunha **GOMIDE**¹

Resumo

A inserção da mulher no mercado de trabalho acrescentou à sua tradicional função de cuidadora dos filhos e da casa um novo papel, o de provedora. Essas tarefas, às vezes compartilhadas com seus companheiros, outras não, merecem uma avaliação sobre sua influência na educação dos filhos. Esta pesquisa buscou avaliar a percepção dos filhos sobre suas mães, mulheres profissionais, como educadoras. Foi aplicado o Inventário de Estilos Parentais em 160 jovens, de 12 a 24 anos, 88 do sexo feminino e 72 do masculino, filhos de 40 engenheiras, 40 médicas, 40 advogadas e 40 psicólogas. Os resultados mostraram que as mães, independentemente da profissão, utilizam pobramente as práticas educativas positivas (monitoria positiva e comportamento moral) e recorrem, com muita frequência, às práticas negativas (abuso físico e supervisão estressante) para tentar obter controle sobre seus filhos. Apresentam, em média, altos índices de negligência, pois seus filhos não sentem que estão sendo cuidados. Mulheres profissionais aparentemente não estão sendo capazes de conciliar adequadamente suas funções profissionais com as maternais, pois não integraram satisfatoriamente aos seus repertórios de conhecimentos as orientações disponíveis em livros dirigidos para pais.

Unitermos: Estilo parental. Mães. Relações familiares.

Abstract

The introduction of women into the labor market has added a new role to the mother's traditional function of carer, namely the role of the provider. These tasks, which may or not be shared with their partners, should be considered as to their influence on their children's education. This research attempted to assess how children themselves perceive the way in which they are being educated by their working mothers. To find the answer to this question, the Parental Styles Inventory was used on 160 young people between the ages of 12 and 24, comprising 88 females and 72 males, the children of engineers, doctors, lawyers and psychologists. The results show that the mothers, regardless of the their professions, make little use of positive educational approaches (positive monitoring and moral behavior) which lead them to increase pro-social behavior, and often resort to negative practices (physical abuse and stressing supervision) in order to gain control over their children. These mothers end up demonstrating high rates of negligence since their children feel they are not being taken care of. Professional mothers are apparently unable to reconcile, in an adequate fashion, their professional and maternal responsibilities since they have not been able to incorporate into their knowledge base the guidance provided by the available literature that focuses on parenting.

Uniterms: Parenting styles. Mother. Marital relations.



¹ Faculdade Evangélica do Paraná, Curso de Psicologia. R. Padre Anchieto, 2770, 80730-000, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: <pgomide@onda.com.br>.

Agradecimentos: Pela coleta de dados realizado pelos alunos do 3º ano do curso de Psicologia da Faculdade Evangélica do Paraná (2006): Daniela Pinheiro Fernandes, Fernanda R. Saad, Inoili Moretto Fortunati, Maria Cristina Kloster e Tânia Beatriz Voss.

A constituição da família contemporânea tem sido abordada por diferentes perspectivas teóricas. As famílias nucleares, constituídas por mãe, pai e filhos, ao longo dos últimos anos, foram assumindo configurações totalmente diferentes e inesperadas. Além das famílias mononucleares, formadas por apenas um dos genitores, surgiram as famílias constituídas por mães solteiras, produções independentes, casais homossexuais, filhos provenientes de inseminação artificial e famílias formadas em função dos vários divórcios, compostas por filhos gerados pela união do novo casal e pelos filhos das uniões anteriores (Bucher, 1999). Nas classes mais desfavorecidas é comum a existência das chamadas famílias estendidas, constituídas por mães, avós, tios e sobrinhos, ou seja, as famílias mais pobres não se constituem como núcleo e sim como rede, com várias ramificações, via de regra através da família consanguínea da mulher (Sarti, 2003).

Após a revolução sexual dos anos 1950 (Gomide, 2004), a mulher entrou fortemente no mercado de trabalho, assumindo uma dupla função: cuidadora e provedora. Este novo e importante papel provedor forçou uma modificação substancial nas relações familiares. Alguns homens passaram a assumir as funções cuidadoras, dividindo com a mulher as duas tarefas; outros se mantiveram como provedores, sobre-carregando a mulher, que passou a realizar as tarefas domésticas e de cuidados maternos nos intervalos de seu trabalho profissional. Não raro, encontram-se mulheres que assumiram as duas funções sem uma rede de apoio familiar: mulheres divorciadas, mães solteiras ou com produção independente que não contam com o apoio dos pais de seus filhos e que têm seus próprios genitores distantes ou indisponíveis.

Educar os filhos sempre foi uma tarefa complexa para os pais, embora isto não signifique que tais responsabilidades sejam compartilhadas de forma igualitária entre o casal (Wagner, Predebon, Mosmann & Vereza, 2005). Da década de 1930 até meados da década de 1980, os pais geralmente desempenhavam suas tarefas educativas baseados na tradicional divisão de papéis segundo o gênero. Os autores dizem ainda que as mulheres que sustentam a casa desempenham mais tarefas domésticas que as mulheres dependentes economicamente de seus maridos, proporcionalmente ao tempo disponível que possuem, e que em famílias brasileiras de nível socioeconômico médio, sustentadas

preponderantemente por mulheres, estas assumem quase totalmente as tarefas domésticas.

Bucher (1999) argumenta que ao saírem em busca de trabalho para obter melhores condições financeiras e melhor qualidade de vida, os pais correm o risco de prejudicar o bem-estar emocional e afetivo de seus filhos, visto que as figuras parentais distanciam-se fisicamente dos mesmos e a ausência de ambos resulta na delegação de suas funções a outras instâncias, como a escola, a televisão ou a rua. Pesquisas de Strasburger (1999) e Gomide (2000) mostraram a influência negativa dos valores morais transmitidos pela televisão. Esta, além de transmitir valores negativos, inibe relacionamentos familiares nos horários em que a família se reúne para as refeições (Gomide, 2002).

A rede de apoio tradicionalmente utilizada por mulheres, composta por avós, irmãs, primas e cunhadas, gradativamente vem deixando de estar disponível, pois essas mulheres, que antigamente ajudavam a cuidar das crianças, também saíram em busca de trabalho remunerado para aumentar a renda familiar (Brewster & Padavic, 2002). Segundo os autores, quanto maior a renda da mulher menor é o apoio da rede de parentes. Outra variável que influencia a presença ou não da rede familiar de apoio é o estado civil da mãe: se casada, menor apoio, se solteira, maior apoio da rede familiar.

Em função desta transição entre o tradicional e o moderno, a família encontra-se imersa em um certo mal-estar no que se refere à transmissão de valores aos seus membros (Bucher, 1999). Há necessidade de mudança nas relações basais parentais, ou seja, o importante papel da profissionalização feminina impulsiona a reestruturação familiar, bem como mudanças dos estilos parentais maternos e familiares (Baptista, 1995; Bem & Wagner, 2006).

Estudos brasileiros com famílias de nível socioeconômico médio, nas quais a mulher é a principal responsável pelo sustento financeiro, mostraram que ela ainda assume quase totalmente a responsabilidade pelas tarefas domésticas (Wagner et al., 2005). Os autores citam que as mulheres contribuem com 64% do total de horas de trabalho doméstico, enquanto os maridos cumprem apenas 30% das tarefas, sendo o restante executado pelas crianças. Constataram que 90% dos homens e 69% das mulheres trabalhavam fora e que, percentualmente, as mães conviviam mais com os filhos. A pesquisa também encontrou que 75% das

tarefas são compartilhadas (dar limites, ir à escola, ensinar hábitos de higiene, sustento financeiro, dar suporte afetivo aos filhos e acompanhar em atividades de lazer), e que o restante é desenvolvido apenas pelas mães (auxiliar nas tarefas escolares e cuidar da alimentação). Já entre as americanas casadas, Gilbert e Brownson (1998) encontraram que 63% das mães de crianças abaixo de seis anos de idade estavam trabalhando fora e que este índice aumentava para 71% quando a idade dos filhos também aumentava. Além disso, apontaram que as mulheres que trabalhavam em tempo integral contribuíam com 40% da renda anual familiar. Entre essas mães trabalhadoras, 27% deixavam seus filhos em pré-escolas ou creches, 39% utilizavam os serviços de parentes ou babás e 34% programavam horários diferentes de trabalho com os cônjuges ou parentes. O recurso mais comum utilizado pelas mães era o horário flexível de trabalho, que vem demonstrando ser capaz de diminuir o absenteísmo e o atraso no emprego.

A autoridade moral, porém, como diz Sarti (2003), ainda se encontra reiterada na figura masculina. O lugar masculino identifica o homem como mediador entre a família e o mundo externo. Essa autoridade fundamenta-se na complementariedade hierárquica entre homem e mulher, que não necessariamente são figuras parentais. O homem ainda é considerado chefe da família e a mulher chefe da casa. A essa divisão complementar, onde coexistem diferentes funções da autoridade na família, somam-se conceitos de moral e respeito ainda corporificados na figura masculina.

Nurco e Lerner (1996) encontraram uma forte influência da figura paterna na inibição de comportamentos antissociais e de uso de drogas. Os autores verificaram que em famílias cujos pais eram presentes e forneciam modelos morais adequados, criando condições para que seus filhos exercitassem vários tipos de comportamentos morais - como honestidade, generosidade, justiça etc., não foram encontrados filhos usuários de drogas e com comportamentos antissociais. O mesmo efeito não foi encontrado quando as mães apresentavam esses atributos. Aparentemente a mulher assumiu as funções de cuidadora e provedora, porém ainda não adquiriu o *status* de referencial moral para a sociedade.

Autores como Oliveira e Caldana (2004) argumentam que, como consequência dessa mudança, podem-se observar alterações das práticas e valores que sustentam a educação da criança na família neste sé-

culo. Essas mudanças estão pautadas em um enfoque antiautoritário e uma maior preocupação com a felicidade da criança, com seu bem-estar emocional e uma maior importância às questões afetivas.

Para Souza (1997), a família atual encontra-se oscilante, pois ora utiliza os pressupostos hierarquizados, ora assume o modelo igualitário. Em geral a coexistência destes modelos invariavelmente vem firmando uma inconsistente e ineficaz funcionalidade educacional quanto ao estabelecimento de limites às crianças. A ambiguidade suscitada pela pré-existência de relações familiares verticais e horizontais excessivamente opostas parece ter-se radicalizado no tocante ao enfraquecimento da figura de autoridade na sociedade contemporânea. Observa-se o surgimento e a manutenção da inversão de papéis, o que torna provável que os filhos, desde a infância, desconheçam a frustração estruturante que deveria ser exercida pelas figuras parentais. As transformações sócio-históricas afetaram consideravelmente a dinâmica e a funcionalidade familiar. A autora afirma que a família contemporânea parece se desencontrar, sob a sombra da indefinição do modelo arcaico hierarquizado ou sob o excesso de permissividade do modelo igualitário.

As figuras parentais, temendo reproduzir os erros da própria educação e na ânsia de se adequar ao rótulo de "modernas", recorrem aos pressupostos científicos psicopedagógicos (Wagner, 2003). Soma-se a isso a sobrecarga de trabalho e estresse provenientes do exercício profissional diário dos pais ou de quem exerce esse papel. A conquista da mulher frente ao mercado de trabalho não a eximiu das antigas atribuições sociais no tocante à educação dos filhos e às tarefas domésticas. Para a autora, os pais sentem-se em dúvida em relação às demandas afetivas de seus filhos e tendem a compensar o sentimento de culpa recorrendo a uma permissividade excessiva. Assim, ao se basearem na parentalidade igualitária, lançam mão de técnicas disciplinares ineficazes quanto ao estabelecimento de limites junto aos filhos.

Zagury (2002, 2003) afirma que o século XX desencadeou uma série de mudanças também refletidas nas relações e no âmbito educacional. Anteriormente, havia a crença de que as crianças não tinham querer; no entanto, sabe-se hoje que esses futuros adultos têm aptidões próprias ou podem apresentar certas indisposições. Embora o relacionamento entre pais e filhos

tenha se tornado menos autoritário, essas transformações suscitaram - e ainda suscitam - muitos enganos e distorções mediante o desafio de se efetivar outras formas educacionais no cerne familiar. O autoritarismo paulatinamente cedeu lugar à permissividade. Isto pode ser confirmado pela reação dos pais que, ao negar algo aos filhos, expressam uma conotação de crime, pecado, ou de verdadeiro retrocesso no tempo. Algumas pessoas creem que dar limite consiste necessariamente em provocar um trauma psicológico e, por isso, não o fazem. A autora pontua veementemente a importância em estabelecê-los, pois implicam a compreensão e apreensão do outro. Dar limites não significa exercer autoritarismo. O autoritário é aquele que estabelece ordens sem argumentá-las, baseando-se apenas nos próprios interesses, que se encontram alicerçados em uma postura de total poder e controle sobre a criança. O pai autoritário, em contraposição ao que tem autoridade, não considera os desejos e pensamentos de seus filhos; o que tem autoridade costuma ouvir e respeitar a criança e, embora possa agir eventualmente de maneira incisiva, visa sempre o bem-estar, a proteção e a orientação de seus filhos.

A qualidade das interações é mais responsável por um bom resultado na educação dos filhos do que a quantidade de tempo despendida às tarefas de cuidados parentais. Mesmo que pareça irônico, diz Pelt (1998), a mãe que passa todo o dia com seus filhos, fazendo compras, levando-os de automóvel a atividades diferentes ou passeando, talvez coloque menos qualidade no tempo que passa com eles do que a mãe que trabalha fora de casa. Para esta autora, a atividade profissional materna e sua ausência dentro do lar não são vistas atualmente como um fator negativo na educação dos filhos. Crianças cujas mães trabalham fora apresentam um desenvolvimento emocional tão bom quanto as demais crianças, e a esta nova condição inclui-se um aumento da independência, responsabilidade, maturidade e maior confiança da criança em outros adultos, sugerindo igualdade em situações de negociações.

Os pais modernos, impressionados pela desqualificação da infância tão bem descrita por Ariès (1981),

deixaram, em parte, de exercer sua função educativa, ao serem permissivos e não sinalizarem a seus filhos que o descumprimento das regras sociais significa uma invasão aos direitos dos outros. Deixaram de ensinar a empatia, uma das principais virtudes do homem, capaz de evitar relações violentas e inibir a destruição do próximo.

Para os autores que tratam da educação infantil (Gomide, 2004; Lobo, 1997; Tiba, 2002; Zagury, 2002, 2003), as regras devem ser claras, consistentes, fáceis de serem cumpridas, estabelecidas com antecedência, ter consequências curtas (retirar vídeo game por uma semana, ficar sem mesada por duas semanas etc.) e ser dadas pelos pais sem abuso psicológico⁽²⁾. Esses autores insistem que os pais devem educar ensinando limites, fornecendo modelos morais adequados, exercendo autoridade sem autoritarismo, e não devem deixar a cargo dos filhos escolhas importantes sobre sua qualidade de vida, como hábitos alimentares, de higiene ou de estudo.

Oliveira e Caldana (2004) investigaram como o papel de mãe e o processo de socialização e educação dos filhos são vivenciados por mulheres que têm formação teórica e prática em psicologia, com direcionamento para a área clínica com referencial psicanalítico. Um aspecto positivo apontado foi o de poder fazer uso do que aprenderam na sua formação acadêmica para fornecer ao filho oportunidades diferenciadas para o que valorizam, como a expressão de emoções e a possibilidade de uma relação autêntica e intensa, com mais continência às necessidades do filho. Relatam que, em certos momentos, aplicam seu aprendizado teórico-vivencial na relação com a criança, considerando isso um ganho e um diferencial em relação à mãe leiga. O acesso ao saber sobre o desenvolvimento infantil traz a essas mães gratificações e prazeres especiais por conhecerem mais do assunto, afirmam os autores.

Gilbert e Brownson (1998) salientam os benefícios alcançados pelas mulheres com múltiplas tarefas, que incluem um aumento da autoestima, maior saúde física e mental, e independência econômica. Os autores apontam benefícios também para os homens que vivem

com mulheres que trabalham fora, que incluem aumento do envolvimento emocional com os filhos, maior saúde geral e menor pressão no papel de provedor. Além disso, existem ainda benefícios para os filhos, que incluem maior tempo despendido com ambos os pais, maior harmonia entre o casal e aumento da segurança econômica. Os autores salientam que há uma inequivalência de que a maternagem e a ocupação com o trabalho são compatíveis e benéficas para pais e crianças, e que os cuidados parentais não são frios, além de poderem aumentar as habilidades sociais e intelectuais das crianças.

Este estudo teve por objetivo identificar o estilo parental utilizado por mulheres profissionais na educação de seus filhos. As práticas parentais de quatro grupos de profissionais: engenheiras, psicólogas, advogadas e médicas, foram avaliadas no sentido de se verificar uma possível influência da formação profissional destas mães nos cuidados parentais.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 160 jovens, de ambos os sexos, de 12 a 24 anos, filhos de mulheres formadas em direito, engenharia, medicina e psicologia. Todos eram estudantes de ensino fundamental, médio ou universitário, e viviam em casa com as mães. Os participantes foram divididos em quatro grupos compostos por 40 jovens, de acordo com a formação acadêmica de suas mães.

Os dados foram coletados em escolas, faculdades, universidades e nas residências dos participantes.

Instrumentos

Os participantes responderam ao Inventário de Estilos Parentais (IEP) (Gomide, 2006). Este instrumento, com 42 questões, avalia sete práticas educativas, cinco delas vinculadas ao desenvolvimento do comportamento antissocial, ou seja, práticas educativas negativas: negligência, abuso físico, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa, e duas que promovem comportamentos pró-sociais, ou seja, práticas

educativas positivas: monitoria positiva e comportamento moral. O índice de Estilo Parental é calculado somando-se as práticas positivas e subtraindo-se deste total a soma das práticas negativas. Os valores obtidos variam de +24 (estilo parental excelente) a -60 (estilo parental de extremo risco). O Índice de Estilo Parental é o resultado da incidência das práticas parentais utilizadas na educação dos filhos, ou seja, quanto mais negativo, maior a influência das práticas negativas e maior a probabilidade de que os filhos venham a desenvolver comportamentos antissociais; por outro lado, quanto mais positivo, maiores as chances de comportamentos pró-sociais serem apresentados pelos filhos.

Procedimentos

Nas escolas, a equipe de pesquisadores solicitou a autorização da direção para a realização da pesquisa e, após obter autorização, foi até as salas de aula, onde o objetivo da pesquisa foi explicado aos alunos. Aqueles que tinham mães advogadas, engenheiras, médicas e psicólogas foram convidados a responder o IEP, e quando concordavam em participar da pesquisa preenchiam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O preenchimento do IEP demorou, em média, 10 minutos.

Os dados também foram coletados pela *rede de relacionamento* dos pesquisadores. Neste caso, a equipe foi até a residência do jovem ou local indicado por ele, onde explicou o objetivo da pesquisa, e após a sua anuência foi-lhe entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado, passando-se, em seguida, para a aplicação do IEP. O trabalho teve aprovação do comitê de ética protocolo nº 7076/07.

Resultados e Discussão

A amostra foi constituída por jovens do sexo feminino (55%) e masculino (45%) em função da formação acadêmica das mães (Tabela 1)

A média de idade dos participantes foi de 18,8 anos (desvio-padrão - dp=3,37); quase a metade da amostra (43,7%) tinha entre 16 e 20 anos de idade (Tabela 2). A menor porcentagem, 20,6%, foi de adolescentes na

faixa etária entre 12 e 15 anos. Os demais, 35,6%, encontravam-se entre 21 e 24 anos, faixa etária considerada pela Organização Mundial de Saúde ainda como adolescência, embora muitos desenvolvimentistas denominem esta faixa etária de jovens adultos.

Os participantes foram agrupados em função da profissão materna (40 em cada grupo) e calculou-se a média das práticas educativas e do índice de estilo parental (*iep*) para cada grupo. A Tabela 3 apresenta, além dos índices médios das práticas parentais e dos *iep* maternos, a interpretação dos valores obtida a partir das tabelas normativas do teste (Gomide, 2006).

Valores de *iep* entre 12 e 24 são indicativos de estilo parental **ótimo** (1), ou seja, as mães utilizam basicamente práticas positivas na educação de seus filhos. Entre 5 e 11, o *iep* ainda reflete uma prevalência de práticas educativas positivas, porém já aparece a incidência de práticas negativas e o estilo parental é considerado **bom** (2), ainda acima da média; a leitura de livros de educação para pais ou orientação adequada são formas suficientes para proporcionar a melhoria dos cuidados parentais nesse estágio. Os valores do *iep* entre 0 e 4 indicam estilo parental **regular** (3), abaixo da média, mostrando que as práticas educativas negativas competem com as positivas e que estes cuidadores devem participar de cursos de treinamento para pais, nos quais receberão orientação para uma melhor forma de conduzir a educação de seus filhos. E, finalmente, os

valores de *iep* abaixo de -1, podendo atingir o nível máximo de -60, indicam estilo parental de **risco** (4), no qual as práticas educativas negativas sobrepõem-se às positivas, propiciando condições de desenvolvimento de comportamento antissocial; neste caso, os pais precisam submeter-se a terapia de grupo, familiar ou individual, pois suas relações com os filhos estão fortemente prejudicadas e as orientações em si são incapazes de produzir as mudanças necessárias (Gomide, 2006).

O primeiro resultado relevante, mostrado na Tabela 3, diz respeito ao *iep* médio obtido com cada um dos grupos de profissionais. Todos eles são regulares, o que significa dizer que estas mães, em média, estão utilizando mais práticas negativas do que positivas para orientar seus filhos. Evidentemente foram encontradas mães com excelentes índices; por outro lado, algumas apresentaram práticas parentais extremamente preocupantes. Entre as mães psicólogas, o *iep* variou de -30 a +20 ($dp=10,61$); entre as médicas a variação foi de -25 a +21 ($dp=10,08$); entre as advogadas, foi de -17 a +19 ($dp=7,88$) e, entre as engenheiras, de -14 a +16 ($dp=8,16$).

A análise das práticas parentais também trouxe informações surpreendentes. Nenhum grupo apresentou índice médio ótimo em qualquer prática parental. As médicas, de um modo geral, foram as mães com melhor percepção de seus filhos, pois tiveram apenas uma prática parental de risco (comportamento moral);

Tabela 1. Porcentagem dos participantes distribuídos em função do sexo e da formação acadêmica das mães. Curitiba (PR), 2006.

Sexo \ Formação	Médica		Psicóloga		Advogada		Engenharia		Total (%)	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Feminino	21	52,5	23	57,5	21	52,5	23	57,5	88	55,0
Masculino	19	47,5	17	17,5	19	47,5	17	17,5	72	45,0
Total	40		40		40		40		160	

Tabela 2. Idade dos participantes em função da formação acadêmica das mães. Curitiba (PR), 2006.

Faixa etária \ Formação	Médica		Psicóloga		Advogada		Engenharia		Total (%)	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
de 12 a 15 anos	6	15,0	6	15,0	9	22,5	12	30,0	33	20,6
de 16 a 20 anos	17	42,5	19	47,5	15	37,5	19	47,5	70	43,7
de 21 a 24 anos	17	42,5	15	37,5	16	40,0	9	22,5	57	35,6
Total	40		40		40		40		160	

Tabela 3. Índices médios das práticas parentais em função das profissões das mães e da interpretação dos níveis de cada uma das práticas educativas. Curitiba (PR), 2006.

Práticas educativas	Médica	Psicóloga	Advogada	Engenharia
Monitoria positiva	9,48 (3)	9,55 (3)	9,25 (3)	9,15 (3)
Comportamento moral	8,73 (4)	8,45 (4)	8,15 (4)	8,80 (4)
Punição inconsistente	3,68 (2)	3,45 (2)	3,73 (2)	3,45 (2)
Negligência	2,85 (3)	2,40 (3)	3,08 (4)	3,23 (4)
Disciplina relaxada	2,65 (2)	3,38 (3)	2,42 (2)	2,83 (2)
Monitoria negativa	4,15 (2)	4,72 (2)	5,23 (2)	5,53 (3)
Abuso físico	0,95 (3)	1,15 (4)	1,38 (4)	0,78 (3)
IEP	3,50 (3)	2,90 (3)	2,65 (3)	2,45 (3)

Interpretação dos índices: (1): Ótimo; (2): Bom; (3): Regular; (4): Risco.

as psicólogas tiveram duas de risco (comportamento moral e abuso físico); as engenheiras tiveram duas (comportamento moral e negligência) e as advogadas tiveram três (comportamento moral, negligência e abuso físico).

Pode-se perceber que todas elas apresentaram índices de risco em comportamento moral, ou seja, o valor médio obtido estava abaixo de nove (Gomide, 2006). Não houve diferença estatisticamente significativa em função da formação profissional dessas mães ($F=0,521$ e $p=0,669$). Este resultado significa que, de forma semelhante - e, infelizmente, negativa - elas transmitem inadequadamente as orientações sobre os valores ou virtudes, não explicam corretamente a diferença entre o certo e o errado e dão poucas oportunidades para que os filhos experenciem situações em que o comportamento moral possa ser aprendido (Gomide, 2004, 2006).

A literatura demonstra claramente que o comportamento moral é um fator de proteção para comportamentos antisociais e uso de drogas em adolescentes (Gomide, 2004; Nurco & Lerner, 1996; Schenker & Minayo, 2003).

O índice médio obtido em monitoria positiva foi regular para todas as profissões, mostrando, mais uma vez, que não há diferença estatisticamente significativa nesta prática educativa entre as mães estudadas ($F=0,249$ e $p=0,862$). Este índice regular sugere uma forte necessidade de aprimoramento na forma de monitorar, fiscalizar e acompanhar os filhos, independentemente da profissão da mãe. Elas, de uma forma geral, precisam aprender a mostrar real interesse, obter informações

dos filhos de maneira espontânea, mostrar que estão disponíveis para resolver seus problemas e, principalmente, mediar suas relações parentais com afeto e amor.

Em oposição à forma positiva de acompanhar os filhos, as mães desta amostra utilizaram a supervisão estressante, ou monitoria negativa, para obter informações e fiscalizar seus filhos. Encontrou-se uma diferença estatisticamente significativa ($F=2,517$ e $p=0,060$) entre as profissionais; as médicas tiveram o melhor índice médio (4,15), considerado bom, e as engenheiras tiveram o pior (5,53), na faixa regular. Repetir informações ou ordens, independentemente de os filhos estarem ou não obedecendo, pode conduzir a um relacionamento hostil entre mãe e filhos. A fiscalização excessiva por parte dos pais e as atitudes agressivas por parte dos filhos significam que os pais não confiam nos filhos e os filhos sentem-se invadidos e não respeitados. Na continuidade, os filhos passam a esconder informações dos pais, mentem, burlam, e os pais fiscalizam ainda mais, tornando-se punitivos (Barber, 1996; Gomide, 2004; Mattheus, Woodall, Kenyon & Jacob, 1996).

A maioria das práticas educativas negativas também mostrou valores muito semelhantes entre as profissionais, e as pequenas diferenças encontradas não foram estatisticamente significativas. Com relação à punição inconsistente ou humor instável ($F=0,225$ e $p=0,879$), as mães apresentaram índices médios bons, o que quer dizer que a utilização do humor (ou da mudança dele) como estratégia educativa foi utilizada com baixa frequência. A variação de humor ensina a criança apenas a discriminar a idiossincrasia de seus pais, pois

ao punir ou aprovar o comportamento do filho em função de seu estado emocional, feliz ou raivoso, e não em função do que é certo ou errado, confunde-se o filho, que aprende a fugir do pai raivoso sem perceber a inadequação de seu comportamento (Feldman, 1977; Gomide, 2004, 2006; Ol Dershaw, Walters & Hall, 1986).

As mães advogadas, médicas e engenheiras apresentaram índices médios bons quanto à disciplina relaxada; já as psicólogas ficaram na faixa regular. Essas diferenças, no entanto, não foram estatisticamente significativas ($F=1,260$ e $p=0,290$). Vale dizer que foram as psicólogas as que mais quebraram as regras estabelecidas com os filhos, ou seja, prometeram, ameaçaram e, na hora "h", voltaram atrás. Esta forma de interação ensina desrespeito às normas estabelecidas (ensina-se que regras podem ser descumpridas), desrespeito à autoridade (a figura da mãe como autoridade é colocada em xeque) e manipulação emocional (os filhos choram e fingem para sair do castigo ou para quebrar o controle dos pais) (Cavell, 2000; Dodge, Pettit & Battes, 1994; Patterson, Reid & Dishion, 1992).

Apesar de não ter ocorrido diferença estatisticamente significativa entre os grupos de mães quanto à negligência ($F=1,176$ e $p=0,321$), os índices obtidos são extremamente preocupantes. As médicas e psicólogas ficaram na faixa regular, e as advogadas e engenheiras, na faixa de risco. O conceito de maus-tratos infantis inclui abusos físico, psicológico e sexual, além de negligência. Esta é um dos principais fatores apontados na literatura como desencadeador de comportamento antissocial (Crittenden, 1985; Gomide, 2006; Reid, Patterson & Snyder, 2002). Nesses casos, não se trata de negligência advinda de falta de condições financeiras para alimentação, vestuário ou moradia, mas de negligência emocional ou afetiva. Os filhos não percebem suas mães dando-lhes atenção, preocupando-se com seu bem-estar e seus sentimentos; sentem que as mães não demonstram afeto e não se importam com eles. Muitos pais entram e saem de casa sem saber se os filhos estão felizes; aborrecidos, não vibram com seus sucessos e não oferecem ajuda para as decepções ou frustrações. Esses pais acreditam que bens substituem o afeto.

Reid et al. (2002), assim como Gomide (2006), descrevem os pais negligentes como não responsivos

e que se retiram das situações difíceis; as mães não aceitam suas responsabilidades e são limitadas em competência. Esses pais ignoram a maioria dos comportamentos da criança e respondem muito pouco às suas iniciativas de comunicação. Nestas condições, as crianças são geralmente muito passivas na infância e sofrem com déficits comportamentais. A ligação entre a carência afetiva e o crime, uma assertiva baseada na proposição de que a carência prejudica fortemente a capacidade de constituir relações afetivas com os outros, leva, segundo Feldman (1977) e Reid et al. (2002), ao desenvolvimento de comportamento infrator no futuro. O jovem que viveu em ambiente com carência ou ausência de relações afetivas consistentes poderá prejudicar o outro (a vítima) sem remorsos. A vítima potencial é o indivíduo que representa o algoz do adolescente ou que, simplesmente, nada significa; isto porque este jovem tem dificuldade de generalizar para estranhos os vínculos afetivos que sequer foram desenvolvidos com os pais.

As mães da amostra, surpreendentemente, apresentaram índices elevados de abuso físico, embora sem diferenças estaticamente significativas entre os grupos ($F=0,963$ e $p=0,412$); encontrou-se que as psicólogas e engenheiras estão na faixa de risco e as médicas e advogadas, na faixa regular. Utilizar-se de disciplina corporal para corrigir pode trazer sérios problemas para a autoestima da criança ou adolescente. O filho não aprende o que é certo ou errado, e sim que a mãe está nervosa, raivosa. Não aprende que o errado é o comportamento, e sim, que é ele o errado (Gershoff, 2002; Haapasotoa & Pokelaa, 1999).

Punição corporal e abuso físico são dois pontos em contínuo. Se a punição for muito severa ou frequente, ela atravessa a linha para o abuso físico. Os pais abusivos relembram que os incidentes abusivos começaram com punição corporal instrumental. Pesquisadores associaram os fatores estresse, falta de apoio/sustento e hostilidade como catalisadores para a passagem da punição corporal para o abuso. Pais que administraram punição corporal tendem a ser abusivos verbalmente com seus filhos, recorrendo a insultos, xingamentos e ameaças. Essa combinação pode promover o desenvolvimento de agressão, delinquência e comportamento antissocial nas crianças (Gershoff, 2002).

O teste *t* de Student para amostras independentes mostrou não haver diferenças estatisticamente significativas entre os sexos, tanto em relação ao *iep* ($t=0,656$; $p=0,513$) quanto às sete práticas educativas.

Considerações Finais

A incorporação de novos papéis tem se mostrado um dos maiores desafios a ser vencido pela mulher moderna. A maternagem, tão bem estabelecida pela história da evolução da espécie e que inclui cuidados com a prole, alimentação, limpeza e afeto, está certamente sofrendo uma reestruturação diante da inserção da mulher no mercado de trabalho, que a tornou, além de cuidadora, provedora.

Embora o apego seja considerado o mecanismo psicológico básico subjacente à constituição da família e a base de todas as mudanças importantes do processo de evolução do ser humano, sendo sua característica cultural proeminente, o contexto socioeconômico tem tudo a ver com a determinação do comportamento materno e paterno. O amor materno não é um mito nem um construto cultural. Tal como em outros mamíferos, depende de circunstâncias ecológica e historicamente produzidas.

Identificar déficits nos cuidados parentais e em mães com formação acadêmica superior levanta alertas, hipóteses e pressupostos. As transformações educacionais suscitam muitos enganos e distorções mediante o desafio de efetivar outras formas educacionais no cerne familiar. O autoritarismo paulatinamente cedeu lugar à permissividade. É preciso cuidado para não “se jogar o bebê com a água do banho”, como diz o ditado popular. As mães modernas adotaram um padrão rígido contra limites e regras, porém, não estão satisfeitas com os resultados educacionais obtidos: seus filhos não desenvolveram os comportamentos pró-sociais necessários ao bom desempenho social, profissional e familiar.

A sobrecarga de trabalho e estresse provenientes do exercício profissional diário da mulher não a eximiu das antigas atribuições sociais no tocante à educação dos filhos e às tarefas domésticas. As múltiplas exigências, seja em casa ou no trabalho, geram culpa quando essas mulheres não conseguem cumprir satisfatoriamente seus papéis de dona de casa, esposa, mãe e provedora. As mulheres profissionais não encontram redes de apoio suficientes e eficazes para a adequada

substituição de suas funções anteriores (familiares ou babás), ou então não conseguem conciliar suas funções profissionais com as de maternagem. Os pais ainda estão em fase de adaptação à nova função de paternagem, e muitas vezes são pouco efetivos nesta parceria.

A qualidade do relacionamento mãe-filho deve substituir a quantidade do relacionamento anteriormente definido como padrão de maternagem. O desenvolvimento do apego não depende do número de horas dedicadas aos cuidados parentais, mas das interações relevantes para o desenvolvimento emocional, cognitivo, motor e neurológico do bebê.

Os conhecimentos adquiridos durante a formação profissional, maior exposição a informações, contatos com outros profissionais, leituras, participação em congressos e capacidade seletiva de organizar conteúdos acadêmicos e não acadêmicos, embora tenham ocorrido em níveis diferentes para cada profissão, aparentemente não foram suficientes para melhorar as práticas educativas parentais e inibir o estresse causado pela dupla jornada de trabalho e a ausência de rede de apoio. Esperava-se que o convívio universitário favorecesse a aquisição de informações e habilidades em várias áreas, principalmente a de cuidados maternos, o que diferenciaria estas profissionais das donas-de-casa ou de mulheres que não tiveram a oportunidade de frequentar o ambiente universitário.

Nesta pesquisa não se avaliou a correlação entre índices parentais e rede de apoio, configurada por apoio do cônjuge (casado ou não), apoio de parentes (avós, tias) ou apoio de creches ou babás. Não foram investigadas também a influência da jornada de trabalho, se parcial ou integral, nas práticas educativas maternas. Também seria importante que se investigasse, no futuro, a relação entre práticas parentais e horas de trabalhos externos ao lar, as formas de compartilhamento das tarefas domésticas e de cuidados com as crianças e os estilos parentais e, ainda, qual a rede de apoio utilizada pelas mães profissionais (avós, maridos, babás). Todas essas variáveis podem ter influências de graus diferenciados nas práticas parentais.

A mulher moderna - profissional, provedora e cuidadora - é uma realidade inequívoca. Suas novas atribuições são irreversíveis e, portanto, precisam ser rearranjadas, tanto do ponto de vista da construção de redes de apoio eficazes, como do desenvolvimento de interações mãe-filho essenciais e de qualidade.

Referências

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Baptista, S. M. S. (1995). *Maternidade e profissão: oportunidade de desenvolvimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Barber, B. K. (1996). Parental psychological control: revisiting a neglected construct. *Child Development*, 67, 296-319.
- Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11 (1), 63-71.
- Brewster, K. L., & Padavic, I. (2002). No more kid care? Change in Black Mother's Reliance on relatives for child care, 1977-94. *Gender & Society*, 16 (4), 546-563.
- Bucher, J. S. N. F. (1999). O casal e a família sob novas formas de interação. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: entre a tradição e a transformação* (pp.82-95). Rio de Janeiro: NAU.
- Bussab, V. S. R. (2000). A família humana vista da perspectiva etiológica: natureza ou cultura? *Interação*, 4, 9-22.
- Cavell, T. A. (2000). *Working with parents of aggressive children*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Crittenden, P. M. (1985). Maltreated infants: vulnerability and resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines*, 26, 85-96.
- Dodge, K. A., Pettit, G. S., & Battes, J. E. (1994). Socialization mediators of the relation between socioeconomic status and child problems. *Child Development*, 65, 649-65.
- Feldman, M. P. (1977). *Comportamento criminoso: uma análise psicológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gershoff, E. T. (2002). Corporal punishment by parents and associated child behaviors and experiences. *Psychological Bulletin*, 128, 539-579.
- Gilbert, L. A., & Brownson, C. (1998). Current perspectives on women's multiple roles. *Journal of Career Assessment*, 6, 433-450.
- Gomide, P. I. C. (2000). Efeitos de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes. *Revista: Psicologia Reflexão e Crítica*, 13 (1), 127-141.
- Gomide, P. I. C. (2002). Crianças e adolescentes em frente à TV: o que e quanto assistem de televisão. *Psicologia Argumento*, 30, 17-28.
- Gomide, P. I. C., & Pinsky, I. (2004). A influência da mídia e o uso de drogas na adolescência. In I. Pinsky & M. A. Bessa (Orgs.), *Adolescência e drogas* (pp.54-67). São Paulo: Editora Contexto.
- Gomide, P. I. C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. Petrópolis: Vozes.
- Gomide, P. I. C. (2006). *Inventário de estilos parentais: modelo teórico, manual de aplicação e interpretação*. Petrópolis: Vozes.
- Haapasalo, J., & Pokela, E. (1999). Child-rearing and abuse antecedents of criminality. *Journal Aggression and Violent Behavior*, 4, 107-27.
- Lobo, L. (1997). *Escola de pais: para que seu filho cresça feliz*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores.
- Matttheus, K. A., Woodall, K. L., Kenyon, K., & Jacob, T. (1996). Negative family environment as a predictor of boys' future status on measures of hostile attitudes, interview behavior, and anger expression. *Health Psychology*, 15, 30-37.
- Nurco, D., & Lerner, M. (1996). Vulnerability to narcotic addiction: Family structure and functioning. *Journal of Drug Issues*, 26, 1007-1025.
- Ol Dershaw, L., Walters, G. C., & Hall, D.K. (1986). Control strategies and noncompliance in abusive mother-child yards: an observational study. *Child Development*, 57, 722-32.
- Oliveira, T. T. S., & Caldana, R. H. L. (2004). Mães psicólogas ou psicólogas mães: vicissitudes na educação dos filhos. *Estudo de Psicologia (Natal)*, 9 (3), 585-593.
- Patterson, G., Reid, J., & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. Oregon: Castalia Publishing Company.
- Pelt, N. V. (1998). *Filhos educados com sucesso*. São Paulo: Casa Publicadora Brasileira.
- Reid, J. B., Patterson, G. R., & Snyder, J. (2002). *Antisocial behavior in children and adolescents: a developmental analysis and model for intervention*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Sarti, C. A. (2003). *A família como um espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Cortez.
- Souza, A. M. N. (1997). *A família e seu espaço: uma proposta de terapia familiar*. Rio de Janeiro: Agir.
- Schenker, M., & Minayo, M. C. (2003). A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8 (1), 299-306.
- Strasburger, V. C. (1999). *Os adolescentes e a mídia: impacto psicológico*. Porto Alegre: Artmed.
- Tiba, I. (2002). *Quem ama educa*. São Paulo: Editora Gente.
- Wagner, A. A. (2003). A família e a tarefa de educar: algumas reflexões a respeito das famílias tradicionais frente a demandas modernas. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Casal e família: arranjos e demandas contemporâneas* (pp.27-33). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Wagner, A., Predebon, J., Mosmann, C., & Vereza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (2), 181-186.
- Zagury, T. (2002). *Limites sem trauma*. Rio de Janeiro: Record.
- Zagury, T. (2003). *Educar sem culpa*. Rio de Janeiro: Record.

Recebido em: 7/11/2007

Versão final reapresentada em: 3/3/2008

Aprovado em: 11/3/2008